

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL**  
**SUPERIOR 2016/2017**



**TIG**

**ÁREAS FUNCIONAIS - EXÉRCITO**

**A FUNÇÃO DE COMBATE INFORMAÇÕES NA  
CAMPANHA MILITAR DO TEATRO DE OPERAÇÕES DA  
GUINÉ-BISSAU (1963-1974)**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA  
DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR,  
NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS  
PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.**

Pedrouços, 03 de julho de 2017



## **INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**

# **A FUNÇÃO DE COMBATE INFORMAÇÕES NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974)**

**CAP INF Paulo Alexandre Lourenço Da Silva Gomes**

**CAP INF Nelson Miguel Gonçalves Ferreira**

**CAP ART Tiago Ramos Da Graça Silva Nunes Páscoa**

**CAP CAV Miguel Ângelo Da Costa Jorge (coordenador)**

**CAP TM Luís Filipe Xavier Cavaco De Mendonça Dias**

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS 2016/2017

Pedrouços 2017



## **INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**

# **A FUNÇÃO DE COMBATE INFORMAÇÕES NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974)**

**CAP INF Paulo Alexandre Lourenço Da Silva Gomes**

**CAP INF Nelson Miguel Gonçalves Ferreira**

**CAP ART Tiago Ramos Da Graça Silva Nunes Páscoa**

**CAP CAV Miguel Ângelo Da Costa Jorge (coordenador)**

**CAP TM Luís Filipe Xavier Cavaco De Mendonça Dias**

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS 2016/2017

Orientador: MAJ INF António José Macedo Estrela Bastos

Pedrouços 2017

## **Declaração de compromisso Anti-plágio**

Declaro por minha honra que o documento intitulado **A Função De Combate Informações Na Campanha Militar Do Teatro De Operações Da Guiné-Bissau (1963-1974)** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto discente do **Curso de Promoção a Oficial Superior do Exército 2016/17** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética e disciplinar.

Pedrouços, 3 de julho de 2016

Cap Inf Paulo Alexandre L. S. Gomes

Cap Inf Nelson Miguel G. Ferreira

Cap Art Tiago Ramos G. S. N. Páscoa

Cap Cav Miguel Ângelo C. Jorge

Cap TM Luís Filipe X. C. M. Dias

## **Agradecimentos**

Gostaríamos de manifestar o agradecimento e reconhecimento pelo precioso contributo prestado pelo nosso orientador, o Major Estrela Bastos, pela sua disponibilidade, exigência e rigor expressos durante a consecução deste trabalho.

Às nossas famílias, pelo apoio e compreensão manifestados durante esta importante etapa da nossa carreira militar.

## Índice geral

Declaração de compromisso Anti-plágio .....	ii
Agradecimentos .....	iii
Índice geral .....	iv
Índice de figuras .....	vi
Índice de tabelas/ Quadros.....	vii
Abstract.....	ix
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos .....	x
Introdução.....	1
1. Metodologia .....	3
2. Revisão da literatura e enquadramento doutrinário.....	4
2.1. Enquadramento teórico e doutrinário .....	4
2.1.1. Apoio à compreensão da Situação .....	4
2.1.2. Apoio ao Processo de Geração de Forças .....	7
2.1.3. Targeting e as Atividades de Informação e Influência.....	8
2.1.4. As Operações IVR.....	9
3. Apoio à Compreensão da Situação .....	10
3.1. Generalidades .....	10
3.2. Compreensão da Situação.....	10
3.2.1. Natureza do conflito .....	10
3.2.2. Terreno .....	11
3.2.3. Inimigo .....	12
4. O Apoio à Geração de Forças .....	14
4.1. Generalidades .....	14
4.1.1. As Nossas Forças no TO da Guiné.....	14
4.1.2. Mudança de paradigma com Spínola .....	17
5. O Apoio ao Processo de Targeting e às Atividades de Informação e Influência ....	18
5.1. Generalidades .....	18
5.2. Apoio às Atividades de Informação e Influência .....	18
5.3. Apoio ao processo de Targeting .....	19
6. Operações de Informações, Vigilância e Reconhecimentos (IVR).....	20
6.1. Generalidades .....	20
6.2. Operações de IVR no terreno no período de 1963-1974 .....	20
6.2.1. Reconhecimento Terrestre.....	20

6.2.2. Reconhecimento Aéreo .....	21
6.2.3. Guerrilheiros Capturados .....	21
6.2.4. Documentos e Equipamentos Capturados.....	23
6.2.5. Agentes e Informadores .....	23
6.2.6. Guias e Tradutores .....	24
6.2.7. Informação das Transmissões .....	24
Conclusões.....	26
Bibliografia.....	30
Anexo A.....	Anx A-1

## **Índice de figuras**

Figura 1: Metodologia de investigação .....	3
Figura 2: O Ciclo de Produção da Informação .....	5



## **Índice de tabelas/ Quadros**

Tabela 1- Quadro de efetivos militares no TO da Guiné Bissau .....	15
--	----

## **Resumo**

No período entre 1961 e 1974, as Forças Armadas Portuguesas estiveram empenhadas na defesa dos territórios ultramarinos contra as atividades violentas levadas a cabo pelos diversos movimentos independentistas em três Teatros de Operações (TO), nomeadamente Angola, Guiné e Moçambique. O papel assumido pelas Informações na condução da Guerra Contrasubversiva revestiu-se de importância, tanto para a condução das operações militares como da própria política nacional prevista para estes territórios.

Este trabalho foi elaborado no âmbito da Unidade Curricular “Áreas Funcionais”, previsto no plano de curso do Curso de Promoção a Oficial Superior das Armas e Serviços 2016/2017, e teve como principal foco a caracterização das atividades da função de combate informações no TO da Guiné.

Pelo estudo efetuado, foi possível confirmar o papel determinante que a função de combate informações desempenhou durante o conflito, implicando a permanente adaptação e atualização da doutrina e de padrões de atuação, na interação entre as entidades civis e militares com responsabilidades neste âmbito e no apoio às restantes funções de combate.

## **Palavras Chave**

Guiné – Informações - Africanização

## **Abstract**

Between 1961 and 1974, the Portuguese Armed Forces were engaged in the defense of the overseas territories against the violent activities carried out by the various independence movements in three Theaters of Operations (TO), namely Angola, Guinea and Mozambique. The role assumed by the Information in the conduct of the Counter-subversion War was of importance, both for the conduct of military operations and for the national policy foreseen for these territories.

This work was elaborated within the scope of the Curricular Unit "Functional Areas", foreseen in the course plan of the Senior Officer Promotion Course 2016/2017, and its main focus was the characterization of the activities of the combat information function in TO of Guinea.

Through the study carried out, it was possible to confirm the decisive role that the combat information function played during the conflict, implying the permanent adaptation and updating of doctrine and patterns of action, in the interaction between civil and military entities with responsibilities in this field and in the support Combat functions.

## **Keywords**

Guinea – Intelligence - Africanization

## **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

EM	Estado-Maior
FLING	Frente de Libertação da Guiné
FRAINCP	Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas
In	Inimigo
IPB	Intelligence Preparation of Battlespace
ISTAR	Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance
IVR	Informações, Vigilância e Reconhecimentos
MAC	Movimento Anti Colonialista
MLG	Movimento de Libertação da Guiné
MLGC	Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné Portuguesa e de Cabo Verde
PDG	Partido Democrático da Guiné
PsyOps	Psychological Operations
QG	Quartel-General
RDA	Reunião Democrática Africana
SCCI	Serviço de Centralização das Informações
SIGG	Serviço de Informações do Governo-Geral
SIGINT	Informação de Transmissões Eletromagnéticas e Comunicações
STM	Serviço de Transmissões Militares
TO	Teatro de Operações
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

## **Introdução**

Após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945 foi consagrado o direito dos povos à autodeterminação e independência. Gradualmente, várias potências coloniais europeias, como a Inglaterra, a Holanda, a França e a Bélgica, concederam a independência às suas colónias. Apesar das pressões internacionais, Portugal não ratificou a declaração, com o argumento de que todos os habitantes das colónias eram cidadãos portugueses. Salazar<sup>1</sup> entendia que os territórios ultramarinos portugueses faziam parte integrante do país, ou seja, Portugal era um país pluricontinental e multirracial e as colónias passaram a ser designadas por Províncias Ultramarinas. No entanto, em 1963 na Guiné-Bissau dão-se as primeiras ações pela independência com o ataque ao quartel de Tite no Sul da Guiné.

Assim, este tema adquire particular relevância devido a, essencialmente, três aspetos centrais: o facto das campanhas de África terem sido o último grande conflito em que Portugal se envolveu nos últimos 60 anos, o esforço robusto a que obrigou ao nível da mobilização de recursos por parte de um país de reduzida dimensão e moderada posse desses mesmos recursos e, por último, a especificidade do próprio Teatro de Operações (TO) da Guiné-Bissau, caracterizado pela sua pequena dimensão territorial, reduzido potencial económico e de condições atmosféricas e de ambiente físico extremamente adversas.

As Informações assumem um papel essencial em todos os conflitos, contribuindo para o conhecimento do Ambiente Operacional, com ênfase para o Inimigo (In) e terreno, possibilitando uma vantagem considerável sobre o adversário.

Assim, a investigação em causa integra-se no projeto “Análise da Campanha Militar no Teatro de Operações da Guiné-Bissau do ponto de vista das Forças Terrestres” e tem como objeto de estudo analisar a função de combate Informações à luz da doutrina atual durante a campanha da Guiné-Bissau que decorreu entre 1963 a 1974.

Este tema assume especial relevância em virtude de ser parte integrante da investigação levada a cabo durante a frequência do CPOS 2016/2017, e tem como objeto efetuar a analogia entre o conjunto de tarefas e sistemas que se desenvolveram no TO da Guiné-Bissau, entre 1963 e 1974, e de que forma contribuiriam para a Função de Combate Informações à luz da doutrina nacional atual.

---

<sup>1</sup> Presidente do Conselho de Ministros entre 5 de julho de 1932 a 27 de setembro de 1968.

O presente estudo é delimitado em duas dimensões:

- Temporal, correspondendo ao período em que decorreram as operações 1963-1974;
- Espacial, correspondente às zonas geográficas da Zona do Interior (Metrópole) e do TO da Guiné-Bissau, na altura designada por Guiné-Portuguesa.

A investigação sobre esta temática incidiu sobre os métodos de obtenção, processamento e disseminação de Informações, por forma a compreender qual o real contributo da função de combate Informações para as operações terrestres desenroladas na Guiné-Bissau.

Para a elaboração deste trabalho foi tida em consideração como pergunta de partida **“De que forma a Função de Combate Informações contribuiu para a condução das operações Terrestres no TO da Guiné?”**. Para ajudar a atingir os objetivos específicos, propõem-se as seguintes quatro questões derivadas (QD):

QD1: Qual a relevância do Apoio à Compreensão da Situação no planeamento e condução das Operações?

QD2: Qual o contributo da Função de Combate Informações no apoio à Geração de Forças?

QD3: Qual a relevância do Apoio ao Processo de Targeting e às Atividades de Informação e Influência?

QD4: Que tipo de Operações de IVR foram levadas a cabo no TO?

O trabalho está organizado em seis capítulos para além da introdução e conclusão.

No 1º capítulo, onde nos encontramos, é efetuada uma descrição sobre a metodologia a ser seguida para dar resposta ao propósito da investigação em causa.

No 2º capítulo efetuamos uma abordagem aos conceitos teóricos e enquadramentos doutrinário, que do nosso ponto de consideramos fundamental para a compreensão dos restantes capítulos. Nos restantes capítulos é efetuado um enquadramento genérico respeitante a cada apoio da função de combate informações, sendo o 3º capítulo dedicado ao Apoio à Compreensão da Situação, o 4º capítulo para o Apoio à Geração de Forças, o 5º capítulo dedicado ao apoio ao processo de Targeting e às Atividades de Informação e Influência e o 6º capítulo respeitante à análise das operações IVR.

## 1. Metodologia

Este trabalho de investigação rege-se pela metodologia científica proposta por Fortin (2009). Deste ponto de vista, torna-se fundamental perceber o conceito de metodologia, cujo processo de investigação desenvolve-se segundo as três fases basilares: fase concetual, fase metodológica e fase empírica, como se pode observar na figura 1.

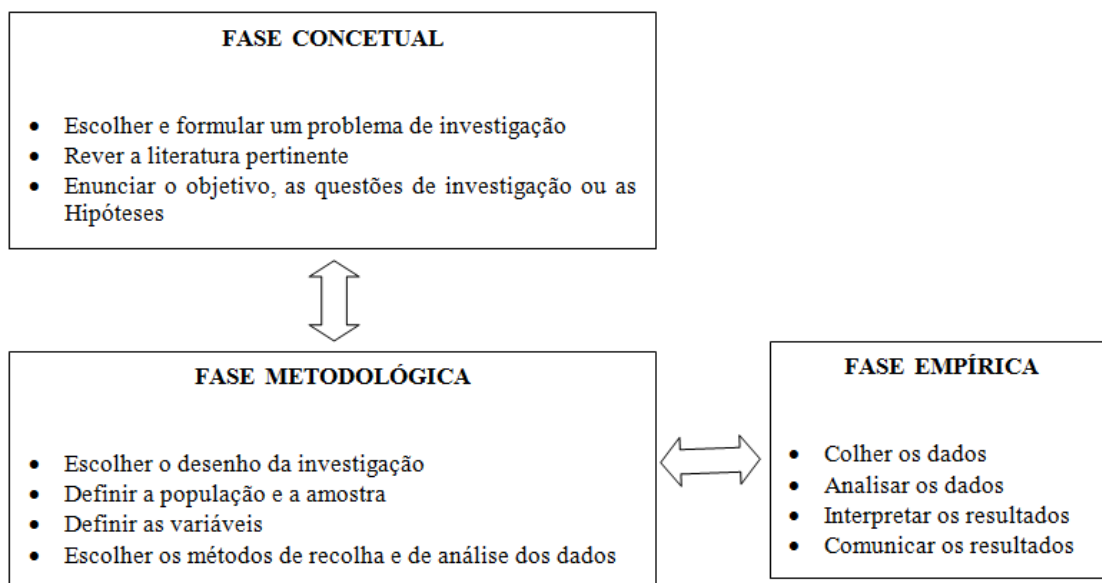


Figura 1: Metodologia de investigação. Fonte: Fortin (2009, p. 38).

O procedimento de investigação adotado baseou-se no recurso a fontes diversas, métodos de recolha variados que orientaram a pesquisa segundo as referências nacionais e que abordam o conflito das campanhas de África, mais concretamente sobre o contributo real das informações na Guerra Subversiva.

## **2. Revisão da literatura e enquadramento doutrinário**

### **2.1. Enquadramento teórico e doutrinário**

#### **2.1.1. Apoio à compreensão da Situação**

Após a adesão de Portugal à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)<sup>2</sup>, em 1949, foram efetuadas diversas alterações à doutrina do Exército, destacando a que ocorreu em 1954, com a publicação do Regulamento de Campanha – Informações, que, segundo Pedro (2012, p. 17), foi elaborado com base no Field Manual americano, sendo posteriormente revisto e editado em 1966 com a mesma designação.

Decorrente das remodelações doutrinárias, EME (1966) refere que todas as operações são afetadas por um conjunto de fatores, dos quais se destacam: a missão; natureza do conflito; forças inimigas; características da área de operações e a natureza e estrutura das forças amigas.

“A situação do mundo é complexa e influenciada por atores diversos e um grande número de possibilidades de conflitos, o que obriga a que as forças militares enfrentem um ambiente operacional global, dinâmico, multidimensional e cada vez mais interligado” (EME, 2009, p. 1-1).

No que concerne ao papel das Informações no TO da Guiné, no nosso entender, o esforço está concentrado no conhecimento da natureza do conflito, das forças inimigas, bem como das características da área de operações, que, na doutrina do período em análise, são fatores determinantes para o apoio à compreensão da situação.

As atividades de informações são condicionadas pelos fatores anteriormente enunciados, sendo de realçar que as características da população afetam grandemente as atividades de informações, pois quando esta é colaborante, torna-se uma fonte preciosa e auxiliar para a pesquisa de notícias. Ao invés implica uma intensificação do esforço de pesquisa (EME, 1966).

À luz da doutrina do período em análise, Informação Militar é definida como sendo “o conjunto de actividades que tem por finalidade o conhecimento do In provável ou actual e da área de operações obtido através da pesquisa, estudo e interpretação de notícias” (EME, 1966, p. I-1).

As Informações Militares, seriam originadas a partir de notícias, cuja interpretação do termo reside no que EME (1966, p. I-2) designa por “qualquer facto, documento ou

---

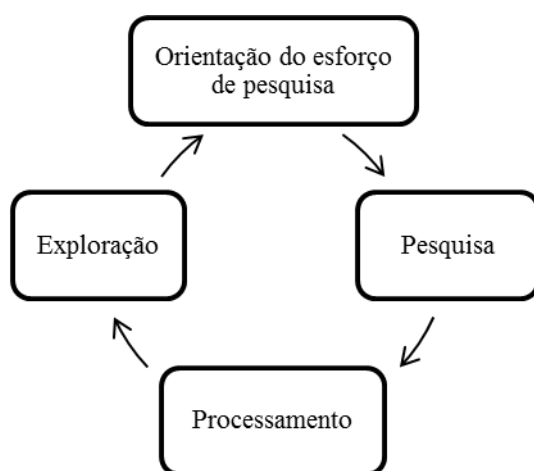
<sup>2</sup> Em 4 de Abril de 1949, Portugal, juntamente com outros 11 países torna-se membro fundador da OTAN.



material cujo conhecimento se revele suscetível de ter interesse para as finalidades de actuação de um serviço de informações”.

Importa referir que para o tratamento das notícias, e segundo a doutrina da época em estudo, a informação é produzida numa sequência de atividades sistemáticas e encadeadas permitindo que a notícia obtida seja transformada em informação e posteriormente explorada.

“Ciclo da Produção da Informação é uma forma de entender e coordenar as várias actividades envolvidas na produção de informações, auxiliando a compreender as inter-relações existentes nas várias fases” (EME, 2009, p. 3-1).



**Figura 2: O Ciclo de Produção da Informação Fonte: EME (1966)**

A primeira fase, orientação do esforço de pesquisa, consiste na determinação das necessidades de informação para apoio às decisões do comandante e aos estudos e planos dos vários elementos do seu estado-maior. Consiste na atribuição de prioridades às diferentes necessidades de informação, sendo processada através da elaboração de um plano de pesquisa, do qual resulta a expedição de ordens e pedidos de pesquisa, exigindo uma permanente verificação da execução das ordens e pedidos (EME, 1966).

A pesquisa é a segunda fase do ciclo da produção da informação e consiste na exploração sistemática das origens<sup>3</sup> de notícias pelos órgãos de pesquisa e envio dos

---

<sup>3</sup> Segundo EME (1966), as principais origens das notícias são: Atividade do inimigo; Pessoal militar inimigo; População civil; Pessoal militar recuperado; Documentos inimigos; Material inimigo; Transmissões inimigas e outras emissões eletromagnéticas; Resultados das atividades de bombardeamento e emprego de armas especiais pelo inimigo; Imagens do campo de batalha; Cartas; Previsões e estudos meteorológicos; Diversos.

elementos obtidos à unidade de processamento apropriada (repartição ou secção de informações) (EME, 1966).

O processamento é a parte do Ciclo da Produção da Informação em que as notícias, depois de recebidas, são registadas, estudadas e interpretadas, sendo esta a fase em que ocorre o processo de transformação da notícia em informação (EME, 1966).

A exploração é a fase do Ciclo da Produção da Informação na qual se procura tirar máximo rendimento das notícias pesquisadas e processadas nas fases anteriores. Nesta fase pretende-se auxiliar o comandante na tomada de decisão, apresentado o estudo da situação de informações (EME, 1966). É também nesta última fase que se deve proceder à difusão das informações por forma a garantir que sejam disponibilizadas em tempo oportuna às entidades ou unidades destinatárias.

No que respeita aos vários documentos de difusão mencionadas por EME (1966) destacamos aqueles que, no nosso entendimento, melhor apoiam a compreensão da situação:

O Estudo tático da área de operações é um documento que analisa a influência das características da área de operações sobre as ações gerais que podem ser adotadas tanto pelo In como pelas forças amigas, sendo necessária a elaboração de um estudo para cada missão, as conclusões deduzidas neste documento são integradas no estudo de situação de informações.

O Estudo da situação de informações é o elemento orientador para a missão, é permanentemente atualizado com a finalidade de apoiar o comandante na decisão, analisa os aspetos mais características da área de operações e da situação do In, visando deduzir a influência destes fatores no cumprimento da missão, bem como determinar as possibilidades e probabilidades relativas às modalidades de ação do In, identificando as suas vulnerabilidades.

O estudo tático da área de operações no escalão divisão e inferiores é normalmente apresentado sob a forma oral e gráfica, enquanto o Estudo da situação de informações se trata de um documento escrito (EME, 1966).

No evoluir da doutrina, podemos verificar que houve uma atualização de conceitos e termos, no entanto não nos parece que tivesse havido uma enorme transformação doutrinária no que respeita ao papel das informações no apoio à compreensão da situação.

No entanto será de destacar que o documento de disseminação de informações, ora então “Estudo tático da área de operações”, segundo EME (2009), é atualmente designado

por Estudo do Espaço de Batalha pelas Informações, mais comumente designado pela expressão Intelligence Preparation of Battlespace (IPB).

O IPB é um processo de análise contínuo, que segundo EME (2009, p. 3-25) inicia-se “antes da operação e tendo continuidade durante o seu desenrolar garantindo que os resultados continuem válidos e que se clarifiquem e apoiando o processo de decisão, ao mesmo tempo que dá indicações ao esforço de pesquisa, para a execução das operações correntes e a preparação das missões futuras” consistindo, segundo a mesma fonte, em quatro passos principais:

Passo 1 – Avaliação do ambiente no espaço de batalha;

Passo 2 – Descrição dos efeitos do espaço de batalha;

Passo 3 – Avaliação do In;

Passo 4 – Determinação das modalidades de ação inimigas.

Os dados e informações que derivam de cada passo são representados graficamente numa série de transparentes que, quando sobrepostos permitem visualizar os aspetos relevantes das necessidades de informação.

“O estudo de situação de informações constitui a base para os factos e hipóteses admitidos no processo de decisão, conduzindo os outros estudos e o processo de decisão. Os produtos do IPB são a base para o estudo de situação” (EME, 2009, p. 3-25).

#### 2.1.2. Apoio ao Processo de Geração de Forças

O conceito de “Processo de Geração de Forças” é definido pelo processo de criação e adaptação de forças que possam ser utilizadas para a consecução de objetivos da ação militar. Este processo é o método de estratégia genética e estrutural<sup>4</sup> (Smith, 2006).

Davis (2002) explora dois modelos de planeamento de forças, o primeiro baseado em cenários concretos, baseando a definição de requisitos numa ameaça e contexto específicos. O segundo utiliza um “espaço de cenários” mais abstrato a partir do qual se identificam missões e tarefas necessárias nesses mesmos cenários permitindo uma maior flexibilidade no seu emprego.

---

<sup>4</sup> **Estratégia Genética:** “tendo em atenção à evolução previsível da conjuntura mundial e nacional e da tecnologia, de que meios e instrumentos se deverão dispor nos prazos de 5, 10 ou 20 anos para fazer face às ameaças previsíveis nesses prazos?” (Couto, 1988)

**Estratégia Estrutural:** “que estruturas devem ser eliminadas, corrigidas, desenvolvidas ou criadas, de forma a reduzirem-se vulnerabilidades e a reforçarem-se potencialidades, obtendo um melhor rendimento dos meios e recursos” (Couto, 1988).

O Conceito Estratégico Militar (CEM) é o documento que em termos nacionais define a estratégia militar, incluindo o planeamento e geração de forças, segundo o qual, o Exército Português deve possuir:

“Capacidade para projetar e sustentar, em simultâneo, até três unidades de combate (até escalão Batalhão), apoio de combate ou apoio de serviços, para participação nos esforços de segurança e defesa coletiva, podendo no máximo comandar uma única operação de escalão Brigada em qualquer situação e grau de intensidade, por tempo limitado” (Conselho de Chefes de Estado-Maior, 2014, p. 36).

Ao falarmos de Guerra Subversiva, deparamo-nos com o “enfrentar do desconhecido”, por parte das forças de autoridade estabelecida do território. Assim, é de extrema importância ter um profundo conhecimento do maior número de informações, tanto do In como do terreno para possibilitar a previsão dos próximos movimentos subversivos (Silva, 1964).

#### 2.1.3. Targeting e as Atividades de Informação e Influência

De acordo com o PDE 3-00 de 2012, o Targeting é definido pelo processo de seleção de objetivos e determinação das respostas adequadas a efetuar nos mesmos, tendo em consideração os requisitos operacionais e as capacidades dos diversos sistemas. Para este sistema contribuem os diversos sensores e capacidades de pesquisa, distribuídos por vários níveis de comando. O Targeting é conduzido através de quatro funções essenciais: Decidir (que alvos atacar, “como” e “quando” os alvos serão atacados e quais os efeitos desejados); Detetar (define a responsabilidade de deteção às unidades de reconhecimento e aos sistemas de vigilância); Atacar (depois de localizado e identificado o alvo, é executado o ataque); Avaliar (atividade contínua, que compara a situação atual com a visão/intenção inicial).

O PDE 2-00 de 2009 define as Operações de Informação (INFO OPS) como as ações coordenadas que visam influenciar os decisores e o processo de decisão do inimigo ou terceiros, em apoio dos nossos objetivos políticos e militares. Os objetivos das INFO OPS são atacar a perceção que o inimigo ou terceiros têm sobre a situação e persuadi-los a pensar aquilo que queremos.

#### 2.1.4. As Operações IVR

Atualmente, segundo o PDE 2-00 de 2009, o conceito de IVR, tendo evoluído para ISTAR (Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance), é a atividade de informações que integra e sincroniza o planejamento e a operação de sensores e equipamentos e os sistemas de processamento, exploração, targeting e disseminação, em apoio direto a operações correntes e futuras.

No Regulamento de Campanha de Informações de 1966, o conceito IVR ainda não existia nesta forma integrada, mas é dedicado um capítulo inteiro (Cap VIII) à Vigilância do Campo de Batalha que visa definir e englobar os conceitos e processos para obtenção de notícias, tais como o Reconhecimento, Informação das Transmissões e Aquisição de Objetivos (EME, 1966).

Quanto às responsabilidades de direção das atividades de informações, pode dizer-se que se mantém equivalente aos dias de hoje, sendo o Comandante o primeiro responsável, cabendo a superintendência de estado-maior (EM) ao Oficial de Informações, em coordenação estreita com o Oficial de Operações. Cabia ao Oficial de Informações fixar missões adequadas aos órgãos de pesquisa extraídas do plano de pesquisa. Ao Oficial de Operações competia designar as unidades destinadas a missões de vigilância, difundir dados sobre forças amigas, especificar características de objetivos a pesquisar e obter notícias necessárias à avaliação de danos provocados pelo Inimigo. É também importante salientar, a estreita ligação necessária entre o Oficial de Informações e os oficiais de transmissões e da aviação que participam igualmente nas atividades de vigilância do campo de batalha.

### **3. Apoio à Compreensão da Situação**

#### **3.1. Generalidades**

As tarefas para o apoio à compreensão da situação assumem uma importância fundamental na função de combate informações, contribuindo para que as decisões tomadas de forma racional.

Segundo EME (2012, p. 2-29), “o conhecimento do ambiente operacional, relativamente a qualquer ação, seja no domínio informacional ou físico, deve ser obtido antecipadamente”.

#### **3.2. Compreensão da Situação**

No final do século XIX, iniciam-se as lutas para a pacificação da Guiné, e em 1879 é declarada uma Província administrativamente autónoma, deixando de ser um distrito subordinado de Cabo Verde (Felgas, 1967).

Com esta separação intensifica-se a reorganização dos serviços públicos e também da atividade militar, sendo que em 1886, o acordo luso-francês delimitou as fronteiras da Guiné portuguesa, que segundo opinião de Felgas (1967), não respeitando a integridade dos grupos étnicos nativos existentes na região.

##### **3.2.1. Natureza do conflito**

A Guiné Portuguesa, embora valorizada pela sua posição estratégica por se localizar a meio caminho entre Portugal e Angola, na década de 1950 era a colónia portuguesa mais pobre e menos desenvolvida da África, sendo este fator o estímulo para a formação de movimentos nacionalistas, dando início, em finais dos anos de 1950, ao período pré-insurrecional da guerra na Guiné (Felgas, 1967).

A infiltração comunista em África processou-se através do Mali, então Sudão Francês, entre 19 e 21Out46 em Bamako, com a realização do congresso da fundação da Reunião Democrática Africana (RDA), que tinha como princípio base de realce a igualdade política e social entre africanos e brancos (EME, 1970).

Na sequência deste congresso verificou-se na Guiné Portuguesa a fundação de vários movimentos partidários<sup>5</sup>, assistindo-se neste período a uma ebulição na ideologia africana,

---

<sup>5</sup> Partido Democrático da Guiné (PDG), fundado em maio de 1947, funcionando como filial da RDA; Movimento para a Independência da Guiné (MIG), em 1952, embrião do PAIGC que em setembro de 1956 adotou essa designação passando pela fase intermédia de Partido Africano para a Independência (PAI); Movimento de Libertação da Guiné (MLG), organizado com base na etnia manjaca guineense residente no Senegal; Outros: União Popular para a Libertação da Guiné (UPLG), União das Populações da Guiné

a par do surgimento de territórios autónomos, com o apoio de forma mais ou menos velada dos partidos emancipalistas, associados no Movimento Anti Colonialista (MAC), nascido em Paris, em 1957, com a influência do Partido Comunista Português (EME, 1970).

Em 03 de agosto de 1959 “A greve dos trabalhadores do porto de Bissau (Guiné), de estivadores e marinheiros, que reivindicavam um aumento salarial, foi violentamente reprimida pelas autoridades coloniais, registando-se cerca de 50 mortos e uma centena de feridos”<sup>6</sup>. Este acontecimento ficou conhecido com o nome de “Massacre de Pidjiguiti”<sup>7</sup>, que, segundo EME (1970), marcou o início da reação contra as autoridades Portuguesas na Guiné, e que, segundo Felgas (1967), teria sido o Movimento de Libertação da Guiné (MLG), o impulsionador deste incidente.

Em janeiro de 1960, na 2ª Conferencia de Povos Africanos, através de Amílcar Cabral, o MAC transforma-se em Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAINCP).

Nos anos seguintes<sup>8</sup> decorrem várias conferências, colóquios e seminários dos partidos anteriormente enunciados, assistindo-se a mudanças nas organizações.

No resultado destas mudanças nos partidos emancipalistas, segundo Felgas (1967), os principais grupos políticos clandestinos no TO da Guiné seriam o MLG, a Frente de Libertação da Guiné (FLING) e o Partido Africano para a Independência da Guiné Portuguesa e de Cabo Verde (PAIGC).

### 3.2.2. Terreno

A Guiné está situada na costa ocidental africana e tem uma área de 31.800 km<sup>2</sup>, dos quais 28.000 km<sup>2</sup> estão permanentemente emersos. Faz fronteira a Norte com o Senegal, a Sul com a República da Guiné e a Oeste é banhada pelo Oceano Atlântico. As suas fronteiras terrestres têm uma extensão de 680 km, dos quais 380 km com a República da Guiné. É importante referir que estas fronteiras não se apoiam em obstáculos naturais (Bacelar, 2000).

---

(UPG), União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP), Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG) e Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC)

<sup>6</sup> In Fundação Mário Soares, <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=040885>, site consultado em 24Abr17

<sup>7</sup> Apesar deste incidente, o início do conflito armado é decretado em janeiro de 1963 com um ataque do PAIGC ao quartel de Tite.

<sup>8</sup> Em abril de 1961, em Casablanca, a FRAIN é substituída pela Conferência das Organizações Nacionais das Colónias Portuguesas (CONCP); Em maio de 1961, no Senegal, François Mendy funda a RDAG com o MLG, originando a Frente de Libertação da Guiné (FLG); como subsidiária do PAIGC e tendo como chefe Luís Cabral, aparece a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG). (EME, 1970)

O território da Guiné é uma região maioritariamente plana principalmente nas zonas costeiras, apresentando na região oriental contornos montanhosos, mas que raramente ultrapassam os 300 m. O clima é caracterizado pela existência de duas estações: a primeira, a das chuvas, muito quente e húmida, caracterizada também por chuvas abundantes; a segunda, a estação seca, regista temperaturas mais baixas e pluviosidade menor, embora com os mesmos níveis de humidade. Este tipo de clima originava vegetações exuberantes, tanto nas planícies como nas regiões acidentadas (EME, 1966; Afonso e Gomes, 2010).

O clima, em simultâneo com as características do terreno, a vegetação, o relevo, os cursos de água e a natureza do solo, criavam acentuadas dificuldades às nossas forças. Os terrenos montanhosos restringiam a mobilidade e os terrenos pantanosos eram impraticáveis para viaturas de qualquer espécie. Os terrenos densamente arborizados limitavam a visão e a mobilidade (EME, 1966).

Decorrente do referido nos parágrafos anteriores podemos inferir que a mobilidade era reduzida pela falta de vias de comunicação e pela dificuldade que a vegetação oferecia ao deslocamento fora dos itinerários. Este tipo de terreno facilitava ainda as emboscadas à queima-roupa e permitia que o In se desempenhasse com relativa facilidade.

### 3.2.3. Inimigo

O adversário que as forças portuguesas combatiam no território da Guiné era o braço armado do PAIGC, que tinha como objetivo a independência do território da Guiné (Fraga, 2014; Felgas, 1967).

A luta armada pela independência da Guiné começou com Amílcar Cabral, líder do PAIGC, cujo pensamento político era orientado por três vetores fundamentais: o pan-africanismo, a abertura de uma via socializante e de justiça social em África e a construção de um Estado que resultasse da unidade daquela colónia com a de Cabo Verde (Fraga, 2014).

O PAIGC, logo na fase de propaganda e implantação no terreno, teve um grande apoio de países de índole comunista, tais como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a China, assim como dos países influenciados pelo pensamento marxista, nomeadamente o Egipto, a Argélia e Cuba, que apoiaram o movimento subversivo, tanto na formação de quadros militares como através do fornecimento de armamento e equipamento. (Afonso e Gomes, 2000; Ferreira, 2010).



Os guerrilheiros além de serem preparados militarmente, recebiam ainda formação cultural e política para que fossem um elemento de propaganda ativo no contacto com as populações do território (Afonso e Gomes, 2000).

No início do conflito o movimento subversivo não tinha uma força bem treinada nem numerosa ou com equipamentos modernos. No decorrer do conflito o efetivo dos guerrilheiros do PAIGC foi aumentando, bem como o seu treino melhorado. Relativamente ao equipamento apenas perto da década de 70 se assiste a alguma sofisticação, possuindo carros blindados tipo “PT 76” de origem soviética, “foguetes 122 mm” e mísseis “SAM 7” (Ferreira, 2010).

O movimento independentista tinha ainda o apoio dos territórios que faziam fronteira com a Guiné, que serviam também para a implantação de sedes de movimento, campos de treino e de apoio logístico, permitindo ainda a criação de novas bases e liberdade de movimentos dos guerrilheiros entre os territórios (Cann, 2005; Ferreira, 2010).

Decorrente dos fracos recursos militares em equipamento e armamento associado ainda do baixo nível de treino, as forças subversivas utilizaram táticas de guerrilha, tirando partido das características do terreno, que lhes era familiar, o qual, por outro lado, se constituía como desfavorável para o emprego convencional das tropas portuguesas (Costa, 1970).

O modo de atuação do In que as forças portuguesas enfrentavam no território da Guiné, caracterizava-se essencialmente por emboscadas a colunas militares, tanto de forças de combate como de reabastecimentos, e ataques esporádicos a aquartelamentos. Nas principais vias de comunicação e trilhos foram ainda desencadeadas ações de lançamento de minas e armadilhas com o objetivo de limitar a liberdade de movimentos das forças portuguesas (Ferreira, 2010).

## **4. O Apoio à Geração de Forças**

### **4.1. Generalidades**

No presente capítulo pretendemos compreender como se efetuou o processo de geração de forças para o Teatro de Operações da Guiné.

A iniciativa militar pertenceu ao PAIGC até 1968, o qual detinha liberdade de movimentos no território, o que permitia e facilitava a propaganda e recrutamento de locais.

A luta travava-se contra as autoridades portuguesas com a finalidade de as depor e conseguir uma alteração da situação existente, tendo a conquista das populações uma papel preponderante para este fim (Pinheiro, 1963).

Amaral (1966) refere igualmente a necessidade da conquista da população no contexto da guerra subversiva, realçando ainda a enorme complexidade das características do In e da diversidade de meios e processos utilizados.

Para além da reconquista da população, é também essencial manter ou restabelecer um controle efetivo de todo o território, e conseguir o apoio dos dirigentes e da opinião pública. Para ser possível a prossecução do objetivo referido anteriormente é necessário assegurar um livre exercício pelas autoridades estabelecidas no território, o funcionamento das instituições e dos serviços, bem como a salvaguarda tanto pessoas como bens (EME, 1966).

Decorre do que foi mencionado anteriormente que a luta subversiva tinha por fim conquistar e conservar o apoio da população, o que o PAIGC conseguiu no início do conflito, devido à liberdade de movimentos no território e capacidade de propaganda.

#### **4.1.1. As Nossas Forças no TO da Guiné**

No início do conflito Portugal dispunha de um reduzido efetivo militar no território da Guiné, estando previstos um Quartel-General, quatro Companhias de Infantaria e 1 Bateria de Artilharia de Campanha, ainda assim, existia uma quase total ausência de forças militares no território. Em 1961 prevendo-se um aumento das ações subversivas no território, reforçou-se o Comando Territorial Independente da Guiné (CTIG) (Afonso & Gomes, 2010).

Decorrente do aumento das ações subversivas e um melhor conhecimento da situação do In, o dispositivo militar no território da Guiné sofreu alterações ao longo dos anos, e em 1966 estava já organizado em 4 zonas, Oeste, Leste, Sul e Bissau (EME, 1989).

O esforço de Portugal ao nível do recrutamento e efetivos no território da Guiné foi crescendo ao longo dos anos do conflito como se pode observar no quadro seguinte:

<b>Ano do Conflito</b>	<b>Total de militares no Território da Guiné</b>	<b>Militares recrutados na Metrópole</b>	<b>Militares recrutados no Território da Guiné</b>
1961	4 736	3 736	1 000
1962	5 070	4 070	1 000
1963	9 650	8 336	1 314
1964	15 195	12 874	2 321
1965	17 252	14 640	2 612
1966	20 801	18 868	1 933
1967	21 650	18 421	3 229
1968	22 839	19 559	3 280
1969	26 581	22 866	3 715
1970	26 755	22 487	4 268
1971	29 210	23 402	5 808
1972	29 957	24 036	5 921
1973	32 035	25 610	6 425

**Tabela 1- Quadro de efetivos militares no TO da Guiné Bissau (Adaptado de Coelho, 2002)**

Da análise do quadro verifica-se um crescimento exponencial no efetivo militar no território da Guiné até ao ano de 1966, com uma diminuição desse mesmo crescimento até 1968, ano em que o General Spínola foi nomeado Governador e Comandante-chefe, e se verifica novo aumento dos efetivos. No que concerne aos militares recrutados localmente existiu também um crescimento ao longo dos anos, atingindo valores de cerca de 6 000 na década de 70, talvez decorrente do plano do General Spínola para a criação, no território da Guiné, de um exército regular semelhante ao da metrópole, baseado totalmente em militares africanos (Coelho, 2002).

Dado o tipo de conflito, em que o adversário se encontra disseminado pelo território e em que o seu objetivo passa principalmente pela conquista da população, o dispositivo das forças militares portuguesas não poderia ser o mesmo que num conflito convencional. Todo o território do conflito deveria estar guarnecido, garantindo um contacto próximo com a população (EME, 1966; Ferreira, 2010).

Surgiram assim, as forças de quadrícula com sedes nas povoações mais importantes, e que tinham como objetivo tanto guarnecer o território, como manter um estreito contacto com a população nativa. Simultaneamente, e para tornar mais eficaz a luta contra os grupos

armados, foram criadas as forças de intervenção, com o objetivo de levar a efeito ações ofensivas de busca e aniquilamento dos grupos armados (Ferreira, 2010).

Decorrente da aposta das forças portuguesas nas já referidas forças de intervenção, foram impulsionadas as já existentes (caso dos paraquedistas), ou criadas durante o conflito (Comandos e Fuzileiros Especiais) unidades especiais com capacidades díspares relativamente às forças de quadrícula. Estas forças tinham como missão executar missões em que atuavam pontualmente contra um alvo e retiravam ou ainda instalarem-se numa determinada zona, durante períodos de cerca de uma mês, a fim de lançar ações sobre os grupos armados na área (Fraga, 2014).

Este tipo de ações resultava muitas vezes em capturas de prisioneiros que se revelavam normalmente excelentes fontes de informação sobre as unidades e intenções dos grupos insurgentes. Para realizar as ações acima descritas tornava-se imprescindível ter informações seguras sobre a existência de guerrilheiros na zona, para não desperdiçar meios e homens (Fraga, 2014).

As primeiras unidades especiais que se formaram foram o Batalhão de paraquedistas e as Companhias de caçadores especiais, no entanto, estas últimas no decorrer do conflito foram sendo abandonadas pelo facto de não responderem às exigências do mesmo. No início do conflito, no território da Guiné, os paraquedistas tinham um efetivo apenas de um Pelotão, no entanto, em 1966 já estava constituído o Batalhão de Caçadores Paraquedistas n.º12 (Afonso & Gomes, 2000).

Os comandos surgiram em 1962 e a lógica da sua criação foi a de constituir uma força de infantaria de assalto, que fosse capaz de se movimentar com grande liberdade de ação e autonomia e ainda fosse dotada de uma maior capacidade de sacrifício e resistência física e psicológica. As características atrás referidas permitiam que os comandos enfrentassem a dureza das operações, no território inóspito da Guiné, de forma mais natural e mais próxima com a capacidade dos nativos. Realce para três Companhias de Comandos formadas essencialmente por africanos da Guiné (Fraga, 2014).

Com o objetivo de dar resposta às particularidades dos combates no território da Guiné e no lago Niassa formaram-se os fuzileiros navais e especiais, e ainda os fuzileiros especiais africanos. O primeiro destacamento de fuzileiros navais partiu para Angola em 1961, eram uma força vocacionada para o combate anfíbio. O conflito da Guiné foi o seu território de eleição dado as características do terreno, principalmente no rio Zaire, Zambeze e lago Niassa (Fraga, 2014).

#### 4.1.2. Mudança de paradigma com Spínola

Com a nomeação do General Spínola para Governador e Comandante-chefe do território da Guiné e das forças portuguesas, deu-se uma alteração na condução da guerra no território, abandonando-se a estratégia defensiva utilizada até à data, passando para uma estratégia ofensiva. Spínola sabia que, numa guerra subversiva, a defensiva não conduzia à saída do impasse militar e que era essencial atuar mais sobre as populações do que sobre os combatentes (Fraga, 2014).

Segundo Woollacot (1983) Spínola percebeu que a negligência das autoridades coloniais perante as necessidades e aspirações do povo sob a sua administração tinham fornecido ao PAIGC um campo fértil de recrutamento e uma sólida base de apoio. A estratégia do General Spínola, foi dupla:

- Reforçar o moral e a eficácia do exército colonial, na tentativa de estabelecer um «equilíbrio militar» com as guerrilhas;
- Lançar uma campanha que visava angariar a simpatia e o empenhamento do povo guineense, procurando por um lado, enfrentar as suas principais carências, e minando por outro, a base política do PAIGC.

Para tal, introduziu alterações na condução das operações, levando as tropas de quadrícula a patrulharem as áreas circundantes dos aquartelamentos e intervir com tropas especiais em pontos onde havia garantia de chegar ao contacto com o In. Desenvolveu ainda ações psicossociais sobre as populações de modo a retirar ao PAIGC as razões de aceitação da luta subversiva. Devemos ainda assinalar a criação de meios de informações como imprensa escrita e rádio destinados às populações nativas e através dos quais se procurava conquistar o apoio das mesmas (Fraga, 2014).

Desta forma, o contributo da função de combate informações para a geração de forças no decorrer do conflito da Guiné foi substancial visto ter fornecido a informação relativamente ao terreno, inimigo e população tendo assim contribuído para as diferentes decisões tomadas por Portugal, exemplo disso as especiais características do conflito / terreno que impulsionaram a utilização de forças especiais como Para-quedistas, Comandos e especialmente Fuzileiros.

## **5. O Apoio ao Processo de Targeting e às Atividades de Informação e Influência**

### **5.1. Generalidades**

Tal como irá ser demonstrado de seguida, a importância das Informações no apoio ao Targeting e às atividades de Informação e Influência, revestiu-se de interesse, em especial a partir de 1968, com a nomeação do General Spínola para o cargo de Comandante-Chefe no TO da Guiné. Verificou-se uma mudança do paradigma com reflexos na estrutura operacional, substituindo o conceito de quadricula pelo de intervenção ativa, aproximando os militares e as populações (Vaz, 2003, pág. 51).

### **5.2. Apoio às Atividades de Informação e Influência**

Desde cedo se percebeu o papel primordial das populações enquanto fonte de informação. Os militares portugueses estavam inclusivamente instruídos no sentido de, através do contacto com a população, não só obter informação acerca das atividades subversivas (data do avistamento, natureza do armamento e número de elementos), mas também de, com a sua proximidade, as proteger contra a intimidação dos guerrilheiros (EME, 1963, pág. 2).

De facto, a intimidação da guerrilha sobre as populações criava nestas um efeito silenciador, requerendo, da parte das forças lusas, elevados níveis de paciência, tempo e boa vontade, no sentido de derrubar este obstáculo. Mais pelas palavras que pelas armas, as populações eram levadas a acreditar no sentimento de segurança proporcionado pela presença frequente de unidades portuguesas. A comunicação com a população era frequentemente estabelecida através de interpretes, registando-se cerca de 20 colaboradores por Companhia (Cann, 1996, pág. 242), os quais contribuíam de forma indelével para o estabelecimento de uma relação de confiança entre os nativos e os militares. A este facto, foram associadas as diversas operações de apoio às populações através da distribuição de víveres e execução de reparações e construção de infraestruturas.

Um bom exemplo que ilustra a importância da influência junto da população ocorreu junto da região de Bissássema em 1970. Através das suas fontes junto da população, as forças portuguesas foram alertadas para a preparação de um ataque do PAIGC a um aquartelamento com recurso a 4 bi-grupos (aproximadamente 150 homens). As forças portuguesas planearam um cerco que colocou os insurgentes entre o aquartelamento e uma patrulha dissimulada nos bosques, deixando o In com uma única saída através de um campo minado. Como resultado desta operação, as forças do PAIGC foram destruídas (CECA, 1988).

Por oposição, a influencia do PAIGC sobre a população incidia, essencialmente, na intimidação ou ação psicológica, havendo necessidade, na maioria das ocasiões, de grande secretismo da parte das forças portuguesas na preparação de operações, evitando a fuga de informação através da população local.

### **5.3. Apoio ao processo de Targeting**

O Targeting, tal como o conhecemos hoje, materializava-se exclusivamente nas tarefas da aquisição de objetivos (deteção, localização e identificação). A inexistência das atividades de avaliação não permitia a verificação da eficácia dos ataques e a necessidade, ou não, de proceder à repetição do mesmo ou alteração no método de ataque. Para este sistema, concorriam as notícias fornecidas pelos relatos das patrulhas terrestres, pelo reconhecimento aéreo, pelo interrogatório de guerrilheiros (desertores ou capturados), por documentos capturados e por informadores ou agentes (Cann, 1996, pág. 217).

As características físicas do território da Guiné (vegetação densa, terreno pouco firme, elevados níveis de humidade, etc.) tiveram grande impacto na utilização dos meios de apoio de fogos da artilharia, sendo, por isso, raramente utilizados nos moldes clássicos, destacando-se as preparações de ações de assalto por forças terrestres e as ações de apoio de fogos na defesa próxima de aquartelamentos, atuando estas forças como unidades de infantaria apeada e cumprindo a mesma tipologia de missões. (Vaz, 2003, pág. 17). Aqui, a aviação representava um papel fundamental no reconhecimento aéreo, no transporte de pessoal (colocação e evacuação) e no ataque ao solo. No entanto, com a aquisição dos mísseis SA-7 (Strella) pelo PAIGC em 1973, as forças portuguesas perderam a supremacia aérea e a liberdade de ação até aí verificadas, comprometendo, de forma inegável, todas as operações.

Assim, para concluir, a relevância do apoio ao processo de Targeting foi pouco expressivo devido às limitações no emprego de todos os meios de apoio de fogos na sua plenitude (artilharia, morteiros, fogos aéreos, etc.) e à inexistência das atividades de avaliação dos danos, fundamentais para este processo. Contrariamente, o contributo da função de combate informações para as Operações de Informação e Influência no decorrer do conflito foi decisivo, através da presença militar frequente nos povoados, reforçando o sentimento de segurança das populações, através de uma política comunicacional pacificadora por intermédio dos interpretes naturais que colaboravam com as forças portuguesas. Em paralelo, a confiança conquistada à população, contribuía para a obtenção de informação, alimentando, desta forma, o sistema de informações.

## **6. Operações de Informações, Vigilância e Reconhecimentos (IVR)**

### **6.1. Generalidades**

No teatro da Guiné, principalmente após o General Spínola assumir o Comando, as operações de informações foram eficazmente conduzidas através do uso de informadores, policia, reconhecimento terrestre e aéreo. As notícias eram originadas em diversas fontes, processadas através de um sistema de informações coordenado e oportunamente disseminadas em apoio às operações (Cann, 1996).

### **6.2. Operações de IVR no terreno no período de 1963-1974**

Numa guerra de contrainsurgência, as informações têm um papel de especial relevo, visto que os guerrilheiros adotam técnicas não-convencionais, sem revelar as suas posições e muitas vezes dissimulados entre a população. Este fator, torna-se ainda de maior relevo neste cenário, dado que o comando e controlo dos insurgentes era estabelecido com base em planos operacionais muito vagos e com muitas limitações ao nível das comunicações e organização, o que dificultava ainda mais a perceção das reais intenções do inimigo.

Assim, descrevem-se de seguida as diversas atividades de informações, referidas em (Cann, 1996) e (CHT, 2008) efetuadas na Guiné, que se complementaram entre si para produzir informações consolidadas.

#### **6.2.1. Reconhecimento Terrestre**

Este era o método mais básico e mais utilizado no difícil terreno da Guiné, para encontrar o inimigo. Os batalhões coordenavam e planeavam as ações de reconhecimento através da 2ª Secção em colaboração estreita com as Operações. Os Batalhões tinham pelotões de reconhecimento (cerca de 35 homens) equipados com jeeps, viaturas FOX e rádios para mobilidade acrescida. As patrulhas efetuadas não só pelos pelotões de reconhecimento como pelas outras forças de combate, revelaram ser a fonte de notícias mais produtiva na guerra colonial (Costa, 1961, p. 149). Os militares mais experientes conseguiam extrair informações mais valiosas no decorrer destas patrulhas, tal como perceber há quanto tempo um acampamento insurgente tinha sido abandonado ou quantos homens estariam neste. O estado e a origem do armamento encontrado dava igualmente sinais da identificação do movimento. Todos estes indicadores, permitiam perceber a logística necessária pelos insurgentes e este fator era crucial para manobrar contra o inimigo.



Para complementar os indicadores vistos anteriormente, era necessário contactar a população e confirmar as notícias obtidas. Na Guiné, principalmente após a entrada do Gen. Spínola, os Portugueses rapidamente perceberam que a população era o centro de gravidade na guerra contrainsurgência. Assim estava previsto doutrinariamente no Regulamento de Campanha (EME, 1966). Proteger e ganhar a confiança da população foi fundamental para a recolha de informações.

O exemplo relatado no capítulo anterior, relativamente à operação em Bissássema (CECA, 1988), traduz igualmente a importância das atividades das patrulhas junto das populações.

#### 6.2.2. Reconhecimento Aéreo

O reconhecimento aéreo era utilizado como método complementar ao que se fazia por terra, sendo extremamente útil para localizar as atividades das guerrilhas especialmente em locais de pior acesso. Os observadores, eram o segundo tripulante do Dornier DO-27 que sobrevoava a 200m durante algumas horas, tinham a experiência e conhecimento dos territórios para que pudessem detetar alterações, nomeadamente: novos caminhos, desgaste na vegetação indicando passagem, barcos alinhados, abrigos nas florestas, etc (Negrao, 1962). No entanto, como estes reconhecimentos acabavam por ser rotineiros, qualquer alteração de trajeto ou aproximação para melhor visualização poderia alertar os guerrilheiros e fazê-los mudar de refúgio.

Fotografar o terreno era essencial para melhor análise posterior na expectativa de poder encontrar alterações que indicassem a presença dos guerrilheiros e que não eram facilmente observáveis durante o voo de reconhecimento. As séries de fotografias ao longo de um período temporal (ex. um mês) poderiam mostrar alterações dificilmente perceptíveis de outra forma.

As notícias oriundas do reconhecimento aéreo alimentavam diretamente a 2ª Repartição do QG, de forma continuada, para ser possível acompanhar e reagir às movimentações táticas dos guerrilheiros que também estas eram constantes e fluidas.

#### 6.2.3. Guerrilheiros Capturados

Quando capturado, um guerrilheiro era uma potencial e valiosa fonte de notícias. Às patrulhas de reconhecimento, coube algumas vezes a tarefa de capturar insurgentes, algo que requeria treino e um planeamento cuidadoso.

Assim que se dava a captura, era realizado um interrogatório imediato para obter informações da área local, da presença de outros insurgentes, os refúgios, equipamentos, linhas de coordenação do inimigo, etc. As minas e armadilhas implementadas pelos insurgentes, eram muitas vezes desvendadas através dos guerrilheiros capturados, que para além de dizerem os locais onde estas se encontravam, muitas vezes seguiam na frente das tropas Portuguesas, de forma controlada, para os conduzir ao local.

Um segundo interrogatório era realizado no Batalhão para obter informações mais detalhadas ao nível do treino, conhecimentos, líderes, etc.

Em última análise, era averiguado se o guerrilheiro foi coagido a tornar-se insurgente ou se era convicto ao movimento nacionalista. Em qualquer dos casos, o prisioneiro era persuadido a ficar a favor dos Portugueses, era exposto à população local e ao processo de apoio social que estava a ser conduzido, no fundo fazendo-lhe ver que a administração Portuguesa garantia a segurança e serviços básicos que não seriam alcançados se ele continuasse ao lado dos insurgentes. Dificilmente um prisioneiro de guerra voltaria a combater ao lado dos insurgentes, ou os líderes insurgentes os rejeitavam ou retaliavam devido a eventuais fugas de informação. Com a falta de alternativas, normalmente os capturados passavam a lutar ao lado dos Portugueses após um programa de reabilitação.

No entanto, esta forma mais pacífica de lidar com os guerrilheiros capturados não era sempre utilizada e dependia sempre das circunstâncias no momento da captura. Como exemplo, durante operações na Guiné junto da confluência entre os rios Geba e Corubal no final de 1970, um grupo do PAIGC infiltrado passou a fronteira com a missão de degradar e minar a estrada de Bafata. Esta mesma unidade tinha atacado a localidade de Bambadinca anteriormente e retirado para se reorganizar junto de 2 bi-grupos para continuar os ataques. No dia seguinte, uma patrulha Portuguesa capturou um pequeno grupo de guerrilheiros incluindo um líder sénior do PAIGC sem disparar um único tiro. O líder guerrilheiro foi levado de helicóptero até Bambadinca e foi-lhe dado a escolher: revelar tudo o que sabia ou morrer (CECA, 1988). Alegadamente o Gen. Spínola desconheceu estes factos, pois as ações de tortura eram formalmente proibidas por diretiva do Comandante-Chefe, ainda para mais, o procedimento pretendido e que seria o normal, era tratar os guerrilheiros capturados de forma decente com o intuito de estes passarem a apoiar as forças Portuguesas. Destaque-se que este tratamento para com os insurgentes capturados permitia, não só, obter informações valiosas, assim como aliciar novos colaboradores.

#### 6.2.4. Documentos e Equipamentos Capturados

O material capturado era sempre cuidadosamente manuseado e preservado, pois constituía-se muitas vezes como uma fonte de informações precisa e credível que sustentava as versões verbais dos guerrilheiros capturados. Documentos com planos, ordem de batalha, listagem de guerrilheiros, tinham valor, essencialmente, para o nível tático.

Como exemplo, houve documentos capturados com a confirmação da eficácia das operações efetuadas pelos Portugueses para negar ao PAIGC santuários permanentes. Essa mensagem encontrada em julho de 1971, junto a Gadamael na fronteira sul da Guiné, escrita em Português, reiterava a importância de nenhuma unidade do PAIGC se manter no mesmo local por mais de 2 dias. Esta mensagem lembrava também aos líderes dos bi-grupos as consequências de desobedecer aquela ordem, não só pela retaliação pelo comando do PAIGC como da Força Aérea Portuguesa assim que fossem localizados (Pires, 1973).

Quanto aos equipamentos capturados, estes indicavam o grau de apoio que os guerrilheiros recebiam através de fontes externas. Estas informações eram corroboradas pelas informações de nível estratégico desenvolvidas em Lisboa. Eram particularmente úteis para informar as tropas Portuguesas no terreno, acerca das potencialidades do Inimigo e o que esperar em combate.

#### 6.2.5. Agentes e Informadores

As redes de agentes e informadores eram um método normal de obtenção de informações. Nalguns casos, estes elementos dependiam diretamente dos militares, noutros trabalhavam com outras autoridades localizadas na área, tais como a polícia. Os informadores localizados na fronteira e nas pequenas aldeias eram mais eficazmente utilizados pelo Exército. Nas localidades, era a polícia quem adquiria mais facilmente informações e em missões fora das colónias era a PIDE que detinha o controlo dos agentes. Assim, era de vital importância para as informações uma estreita coordenação entre estas diferentes fontes.

As divergências entre movimentos nacionalistas e intrigas entre líderes, resultavam numa oportunidade de recrutamento de informadores e agentes. Na Guiné, o PAIGC sofreu de divisões internas entre Cabo-Verdianos e os Guineenses, algo que foi bastante explorado pelos Portugueses.

#### 6.2.6. Guias e Tradutores

Para comunicar com a população e encontrar insurgentes nos sítios de mais difícil acesso, os Portugueses recorreram a tradutores e guias. Na Guiné, cada companhia podia ter entre 20 a 23 tradutores porque havia cerca de 20 dialetos que podiam ser utilizados pelas populações locais (Felgas, 1994). Os tradutores criavam a ponte entre os soldados e as populações, o que tornava possível não só a ajuda humanitária como a obtenção de informações. Estes homens, eram gratos ao Exército porque para além de sentirem que estavam a ajudar a população local, recebiam dinheiro e apoio familiar tal como um soldado.

De realçar a forma como os Portugueses entenderam a importância de comunicar com a população e com os insurgentes capturados num ambiente de insurgência.

#### 6.2.7. Informação das Transmissões

No início da guerra, o destacamento do Serviço de Transmissões Militares (STM), destinado ao estabelecimento e manutenção das infraestruturas de comunicações permanentes, teve de desenvolver atividades de apoio às transmissões de campanha.

Na Guiné, em 1967, foi criada uma Companhia de Transmissões Independente, subordinada ao QG, destinada a apoiar as operações e vocacionada para a campanha. De salientar, que esta companhia, para além do apoio de comunicações tático, tinha missões de apoio de som (empregues normalmente em apoio das deslocações do Gen. Spínola às povoações) e tinha missões de escuta, reportando as notícias obtidas diretamente ao Palácio do Governador, com conhecimento ao Comando-Chefe.

“Existia um Centro que funcionava 24 horas por dia com escuta permanente às rádios do Senegal e Guiné-Conakry, com traduções permanentes, escutas às redes do PAIGC também com tradução sempre que necessário e radiolocalização em helicóptero. (...) Eram enviados relatórios diários ao Comando-Chefe, com relatos dos noticiários e outros considerados relevantes. Foi dali que foram recebidas as primeiras notícias sobre a operação Mar Verde, diretamente de Conakry, em 1970” (CHT, 2008).

A comissão da história das transmissões militares (CHT, 2008, p. 164), refere que a Guiné, foi até hoje o único teatro de operações onde a atividade de informação de transmissões eletromagnéticas e comunicações (SIGINT) foi implementada pelas Transmissões, com resultados reais.

Em suma, verifica-se que no TO da Guiné foram executadas diversas Operações de informações, (vigilância e reconhecimento (IVR)), tais como o reconhecimento terrestre e aéreo, interrogatórios a guerrilheiros e análise de material capturado, agentes informadores, guias tradutores e medidas de apoio eletrónico (vigilância e escuta rádio). Após o General Spínola assumir o Comando, todas estas atividades fluíram de forma integrada e sincronizada e foram um contributo fundamental para o decorrer das operações.

## Conclusões

Neste capítulo determina-se as respostas às Questões Derivadas e à Questão Central. No mesmo sentido, é também analisado o cumprimento do objetivo proposto. Por último, serão explanadas as limitações que se presenciaram ao longo deste estudo e apuradas algumas propostas de futuros estudos relacionados com esta temática.

Tendo como apoio toda a revisão da literatura e respetivas análises, foi permitido estabelecer uma base teórica de simples verificação. Sendo assim, considerando a análise teórica realizada, e a resposta às Questões Central e Derivadas, têm-se como cumpridos os objetivos levantados.

Entramos na etapa referente à resposta das Questões Derivadas satisfazendo, paralelamente cada um dos objetivos específicos estabelecidos na fase inicial.

Relativamente à primeira Questão Derivada: **“Qual a relevância do Apoio à Compreensão da Situação no planeamento e condução das Operações?”**, a resposta surge no capítulo 3 sendo de realçar que:

- O contributo da compreensão da situação para a função de combate informações é fundamental para a consciencialização das origens e natureza do conflito, sendo o conjunto de informação disponibilizada fundamental para o ponto de partida do planeamento das operações militares.
- O conhecimento sobre a natureza e origem do conflito permite ter uma perceção das relações e influências entre os diversos atores na Guiné, sendo possível identificar nesta análise qual a ameaça armada, o seu nível de preparação e treino, bem como os equipamentos disponíveis.
- Conjugando os conhecimentos anteriormente referidos com o estudo e análise do terreno, estes vetores de informação são essenciais para a geração de forças, a ser desenvolvido no seguinte capítulo, bem como efetuar os planos de operações e modalidades de ação detalhadas.

Quanto à segunda Questão Derivada, **“Qual o contributo da Função de Combate Informações no apoio à Geração de Forças?”**, é respondida ao longo do capítulo 4, sendo possível determinar que:

- No processo de geração de forças foram tidos em conta fatores como as características do terreno, inimigo, e população, tendo influenciado ao longo do conflito tanto a geração de forças como a condução do mesmo.

- Ao longo do conflito verifica-se um crescimento exponencial no efetivo militar, tanto de militares da metrópole como dos recrutados localmente.
- As especiais características do conflito / terreno impulsionaram a utilização de forças especiais como Para-quedistas, Comandos e especialmente Fuzileiros.
- De uma forma geral, as atividades das unidades, às quais era conferida a responsabilidade de controlar uma determinada área de operações, assim como a população que nela habitava, materializavam-se ora em operações efetuadas por pequenas unidades (Companhia, Batalhão ou Agrupamento).
- A presença militar na Guiné contribuiu reforçar o sentimento de segurança das populações, através de uma política comunicacional pacificadora por intermédio dos interpretes naturais que colaboravam com as forças portuguesas. Em paralelo, a confiança conquistada à população, contribuía para a obtenção de informação, alimentando, desta forma, o sistema de informações.

No que diz respeito à terceira Questão Derivada, **“Qual a relevância do apoio ao processo de Targeting e às Atividades de Informação e Influência?”**, durante o capítulo 5, é possível afirmar que:

- A restrição no emprego de todos os meios de apoio de fogos na sua plenitude (artilharia, morteiros, fogos aéreos, etc.), limitou a escolha dos sistemas de armas mais adequados a bater os alvos propostos.
- A própria doutrina da época não contemplava a avaliação dos danos, transparecendo, com frequência, a impossibilidade de confirmação dos efeitos desejados, tornando os fogos insuficientes ou mesmo inconsequentes.
- A presença militar frequente nos povoados, contribuiu decisivamente para influenciar o sentimento de segurança das populações, através de uma política comunicacional pacificadora por intermédio dos interpretes naturais que colaboravam com as forças portuguesas. Em paralelo, a confiança conquistada à população, contribuía para a obtenção de informação, alimentando, desta forma, o sistema de informações.

Relativamente à quarta Questão Derivada, **“Que tipo de Operações de IVR foram levadas a cabo no TO?”**, durante o capítulo 6 verifica-se que as operações de IVR foram face mais visível da função de Combate Informações no teatro da Guiné-Bissau, cujas atividades IVR subdividiram-se em:

- Reconhecimento Terrestre, como sendo o método mais básico e mais utilizado para encontrar o In, na maior parte das vezes levado a cabo por pelotões de reconhecimento.
- Reconhecimento Aéreo, utilizado como método complementar ao reconhecimento terrestre, levado a cabo normalmente em locais de difícil acesso e em que o segundo tripulante da aeronave para além de relatar o que via, fotografava o ambiente terrestre que seria posteriormente estudado por especialistas.
- Guerrilheiros Capturados, sendo a informação proveniente deste tipo de fonte muito valiosa e incentivada, uma vez que permitia a determinação da localização das atividades insurgentes com grande precisão.
- Documentos e equipamentos capturados, uma vez que todo o material capturado era recolhido e devidamente analisado por especialistas de forma a obter informações, muitas delas levavam ao conhecimento de qual o tipo de apoio do In.
- Agentes informadores, que eram suportados pelo Exército ou Polícia mas a sua maioria estava sob supervisão da PIDE, passavam na sua maioria informação sobre a localização e atividade dos grupos insurgentes.
- Informação das Transmissões, a interceção de comunicações e as escutas constituíram-se também uma importante fonte de informações.

No decurso da investigação realizada, desde o primeiro ao último capítulo da revisão da literatura, foi possível terminar este estudo dando resposta à Questão Central, **“De que forma a Função de Combate Informações contribuiu para a condução das operações no TO da Guiné?”**.

No decurso do estudo efetuado para dar resposta às questões derivadas é possível afirmar que o desidrato das informações assenta num conjunto de tarefas e sistemas que facilitam a compreensão do ambiente operacional, inimigo, terreno e considerações de âmbito civil. Para além do referido anteriormente, as tarefas associadas à vigilância e ao reconhecimento é orientada pelas necessidades de informação do comandante.

A função de combate informações é uma ferramenta essencial no processo de decisão, pois só tendo a situação perfeitamente esclarecida é que se podem articular os meios e adequar as modalidades de emprego para fazer face à ameaça e outras considerações essenciais para o cumprimento da missão.



O fato deste estudo ser de carácter exploratório e não existir um elevado número de trabalhos sobre o presente tema, conduziu a que os resultados obtidos não pudessem ser validados e confrontados com os de outros estudos semelhantes, o que seria uma mais-valia para o mesmo.

Por último, terminamos como proposta de investigação futura o estudo do impacto que as informações tiveram no decorrer das operações, ou seja, verificar a eficiência das mesmas na condução das operações no TO da Guiné.

## **Bibliografia**

- Afonso, A., & Gomes, C. d. (2009). *Os Anos da Guerra Colonial- Volume 11, 1970 A ilusão das grandes Operações*. Matosinhos: QuidNovi.
- Afonso, A., & Gomes, C. d. (2009). *Os Anos da Guerra Colonial- Volume 4, 1963 Guiné uma nova frente de Combate*. Matosinhos, Porto, Portugal: QuidNovi.
- Afonso, A., & Gomes, C. d. (2009). *Os Anos da Guerra Colonial- Volume 5, 1964 Três teatros de Operações*. Matosinhos: QuidNovi.
- Afonso, A., & Gomes, C. d. (2009). *Os Anos da Guerra Colonial- Volume 6, 1965 Continuar a Guerra*. Matosinhos: QuidNovi.
- Afonso, A., & Gomes, C. d. (2009). *Os Anos da Guerra Colonial- Volume 7, 1966 Os Anos da Guerra Colonial*. Matosinhos: QuidNovi.
- Afonso, A., & Gomes, C. d. (2009). *Os Anos da Guerra Colonial- Volume 8, 1967 África para Sempre*. Matosinhos: QuidNovi.
- Amaral, P. (1966). A Cavalaria na Guerra Subversiva. *Revista da Cavalaria*, 255-269.
- Baker, D. F. (2012). *The Relevance of Armor in Counterinsurgency Operations*. Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press.
- Cabral Couto, A. (1988). *Elementos de Estratégia*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Cann, J. P. (1996). *Portuguese Counterinsurgency Campaigning in Africa, 1961-1974: A Military Analysis. PhD Thesis*. Londres: King's College.
- CECA. (1988). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- CHT. (2008). *As Transmissões Militares da Guerra Peninsular ao 25 de Abril*. Lisboa: Comissão da História das Transmissões Militares.
- Coelho, J. P. Borges (2002). *African troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*. Eduardo Mondlane University, Maputo, Mozambique.
- Conselho de Chefes de Estado-Maior. (2014). *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

- Costa, M. J. (Setembro de 1961). Informação e Contra-Infomação Militar em Ambiente de Guerra Subversiva. *Revista de Artilharia*.
- Davis, P. K. (2002). Analytic Architecture for Capabilities-Based Planning, Mission Sstem Analysis and Transformation. National Defense Research Institute. RAND Corporation. Obtido em 16 de Março de 2017:
- EME. (1966). *Regulamento de Campanha - Informações*. Lisboa: Estado-Maior do Exercito.
- EME. (1966). O Exército na Guerra Subversiva. Lisboa: EME. Estado-Maior do Exército (EME). (1989). Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - 1º Volume, Enquadramento Geral. Lisboa: EME.
- EME. (1989). Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 2º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Guiné. Lisboa: EME.
- EME, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, (1989). Resenha Histórico-Militar Das Campanhas De África (1961-1974), Guiné, 3ºVolume. Lisboa
- Felgas, B. H. (22 de Novembro de 1994). (J. CANN, Entrevistador)
- Ferreira, José Medeiros (1992) - Portugal na Conferência da Paz. Paris, 1919, Lisboa, Quetzal Editores.
- Ferreira, J. J. (2010). Em Nome da Pátria. Alfragide: Dom Quixote.
- Fortin, M. F. (2009). O Processo de investigação: Da conceção à realização. (5ª ed). Loures: Lusociência-Edições Técnicas e Científicas.
- Fraga, Luís Alves de (2014) – A Guerra Colonial 1961 – 1974. Universidade Autónoma de Lisboa.
- Negrão, J. V.-R. (1962). Subsídios para o Reconhecimento Aéreo Visual. *Boletim do Estado Maior da Força Aérea, N°12*.
- Pires, T.-C. L. (1973). Portugal's War in Guine-Bissau. 45. (A. J. Venter, Entrevistador) Passadena: California Institute of Technology.
- Policarpo, F. (2006). *Batalhas da História de Portugal Guerra De África-Guiné*. Matosinhos, Porto, Portugal: QuidNovi.

## **Anexo A – ESTRUTURA DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES NO TO DA GUINÉ**

### **Estrutura dos Serviços de Informações na Guiné**

Ao nível das informações militares, à semelhança do que acontece hoje, existiam as 2<sup>as</sup> repartições e 2<sup>a</sup> Secção (dependendo do escalão), constituídas por pessoal que tendeu a especializar-se na área, no entanto oriundos de Inf., Art. e Cav.. Apercebendo-se da necessidade da especialização e numa tentativa de edificar a capacidade efetiva em Portugal, em 1958, o Sec. Geral. Da Defesa Nacional enviou diversos militares para o curso de Intelligence do Exército do Reino Unido (Cardoso, 1976, p. 106).

Em Janeiro de 1961, próximo do início da Guerra em Angola, foi criado um grupo de trabalho para uniformizar e interligar os vários serviços de informações: Militares, PIDE, Legião Portuguesa, entre outros (CECA, 1988). Este serviço denominou-se Serviço de Informações do Governo-Geral (SIGG) e viria a ser responsável não só pela integração das informações, como das PsyOps, contra informação, vigilância eletrónica, interrogação de prisioneiros, etc.

Na Guiné, tal como nas restantes colónias, com finalidade equivalente ao SIGG, estabeleceu-se o Serviço de Centralização de Informações (SCCI). Incluía não só a recolha e disseminação de informações no teatro como também beneficiava das informações recolhidas por outras fontes Nacionais (Ministério dos Negócios Estrangeiros, outras Províncias, entre outros). Assim, o SCCI tinha acesso a informações nos diversos níveis, estratégico e tático.

Segundo (Cann, 1996), a Comissão de Informações da Província efetuava a supervisão do SCCI e definia políticas para a condução de operações de informações, contrainformação, segurança militar, etc. As informações permitiram a Portugal manter a iniciativa e explorar as vulnerabilidades dos insurgentes. Tal como na doutrina atual, era reconhecido que o contacto com a população era primordial. Na Guiné, interpretes e tradutores eram exaustivamente utilizados assim como agentes infiltrados no seio do Inimigo. Localizar e neutralizar os insurgentes requereu uma forte rede de informações. As informações eram vitais para permitir a Portugal isolar os insurgentes, separando-os da população, negando-lhes abrigo, comida, e informação sobre os militares portugueses e as respetivas operações.